

Desta vez vai? 11 ABR 1983

60m 3.000

Falávamos, em nosso editorial da última sexta-feira, em medidas cosméticas. Naquela altura, no fim da tarde do dia 8, tínhamos, apenas, lido rapidamente a lista de medidas anunciadas pelo ministro Maílson da Nóbrega. À noite, ouvimos o mesmo Maílson e seu colega João Batista de Abreu justificando na televisão o que acabara de ser anunciado. E, ao ouvi-los, a primeira impressão foi a de que tínhamos sido, até aqui, sumamente injustos com o governo Sarney. Porque, a não ser em questões de pormenor, não encontramos qualquer motivo para divergir da argumentação dos dois ministros. Além disso, o comportamento dos dois ministros diante das câmaras de televisão transmitiu-nos uma impressão de sinceridade absoluta, de coragem serena a partir da certeza de que estavam desencadeando reações iradas e poderosas e, finalmente, de segurança; aquela segurança que só podem sentir os que são realmente competentes e sabem o que estão fazendo.

Depois nos lembramos de que os dois ministros estavam ali, diante do povo brasileiro que já não esconde a sua revolta contra aqueles que só aparecem na televisão e na rádio para tentar, com uma retórica mentirosa, desviar sua atenção da realidade dolorosa pela qual são responsáveis, porque aquele que tinha o dever de ali estar, no lugar deles, não sentiu a coragem necessária para cumprir esse dever.

O presidente Sarney, que esteve sempre no proscênio enquanto a farsa do Plano Cruzado era aplaudida pelas multidões iludidas, inclusive no dia da sua inauguração, desta vez permaneceu prudentemente nos bastidores.

É que, hoje, as condições são inteiramente diferentes e ele sabe que desta vez — quando não é possível começar zerando a inflação por decreto — no princípio só haverá vaias e revoltas, porque já não se trata de uma farsa irresponsável mas de remover, com remédios amargos, as consequências terríveis da irresponsabilidade dos farsantes de 1986 — os saltimbancos da dona Conceição. Ou seja, trata-se, agora, de um drama que começou exatamente quando a farsa terminou e que poderá ou não ter um final feliz.

Se tiver, então sim, ninguém duvide de que veremos na televisão não os dois ministros que vimos na semana passada, inteiramente sós e politicamente desamparados, mas os alentados bigodes presidenciais, insuficientes para esconder os dentes desvendados pelo sorriso vitorioso.

Difícil de aceitar, mas fácil de entender. Não; não tínhamos sido injustos. Afinal, os ministros da Fazenda e do Planejamento estavam anunciando na TV a vitória na primeira batalha que tiveram: aquela que durou 40 dias, travada de forma cruenta contra forças tão poderosas quanto os interesses eleitorais de alguns ministros, a falta de sensibilidade política de outros — em primeiro lugar os militares — e a incrível incompatibilidade entre a personalidade do presidente da República e o exercício do Poder.

Eles estavam ali anunciando a sua vitória contra o governo do presidente Sarney e assumindo pessoalmente a responsabilidade que ele se recusa a assumir. Foi isso que ficou perfeitamente claro quando ouvimos o ministro João Batista de Abreu desabafar: "Hoje é um dia muito feliz na minha vida. Com a amplitude das medidas que serão anunciadas, o País retoma alguma governabilidade". E apenas alguma governabilidade, porque ele sabe que para que o País retome toda a governabilidade de que precisa será necessário que a amplitude das medidas que foram anunciadas seja amplamente ampliada.

A primeira vitória dos dois ministros da área econômica — confessamos gostosamente — desmente nossas expectativas mais pessimistas. Nós, como nossos leitores sabem, não esperávamos nem isso que foi anunciado. Mas a maneira como os ministros a anunciaram confirma o que dizíamos aqui, na sexta-feira: o presidente só se rendeu no último momento, ao vencer-se de que a alternativa seria o suicídio: o fracasso das negociações sobre a dívida externa e o início da emissão de moeda para o pagamento dos funcionários, o que significaria a hiperinflação que os 600% oficialmente admitidos já anunciam e a recessão ampla, geral e irrestrita.

Na realidade, por enquanto, não haverá nenhuma redução de despesas, mas apenas uma moratória no pagamento da URP. Sustaram-se provisoriamente alguns efeitos mais dramáticos da falência incipiente, mas não se tocou nas suas causas. Fora isso, de concreto apenas o aumento do adicional do Imposto de Renda dos bancos, que deverá render ao governo parcos 40 bilhões de cruzados.

Mas, repetimos, é mais do que esperávamos, considerando-se que o presidente se chama José Sarney e que os outros ministros do seu governo são todos políticos de carreira preocupados com a próxima eleição, ou militares destituídos de sensibilidade política.

Nas próximas batalhas que terão de travar a partir de agora, para que o pouco que já foi conquistado não seja irremediavelmente perdido, Maílson da Nóbrega e João Batista de Abreu terão de enfrentar inimigos tão poderosos como o lobby do Rio Grande do Sul, que defenderá com unhas e dentes a permanência do subsídio do trigo; outros lobbies quase tão poderosos que estarão nas barricadas defendendo outros subsídios

e incentivos fiscais; os governadores que não se conformam com o congelamento dos empréstimos para os Estados; o ministro Aureliano Chaves, que só é liberal enquanto não sente ameaçado o seu feudo de empresas estatais; os czares das grandes estatais; o ministro Aloísio Alves, que não admite o corte dos milhares de funcionários que não têm o que fazer, e muito menos o fechamento de ministérios redundantes e órgãos do aparelho administrativo que não justificam sua existência — a China Comunista anunciou ontem o fechamento de quatro ministérios e o corte de dez mil funcionários — e mais todos os atingidos pelas medidas salariais já adotadas em todos os três poderes.

Mas Maílson da Nóbrega e João Batista de Abreu, que travaram sozinhos a primeira batalha, já não estarão sós daqui para a frente.

Em primeiro lugar nunca ficou tão nítida como agora a divisão do Brasil naqueles dois países de que vimos falando há tanto tempo: o País real, que trabalha para criar riquezas e vive do seu trabalho, e o País oficial — o País bandalho — que suga as riquezas criadas pelo trabalho do outro para sobreviver parasitariamente.

A maior crise econômico-financeira da nossa história que obrigou, finalmente, o governo a agir, ainda que a contragosto, se localiza quase que exclusivamente no setor público. É este que se desmantela e mergulha em convulsões sociais com as crises financeira, econômica e política.

O único aspecto dessas crises que se irradia para o País real, e ameaça destruí-lo também, é a inflação gerada pelo País oficial. Mas, até agora, nem essa inflação impediu que o setor privado da economia continue a funcionar numa atmosfera de tranquilidade social, com a eficiência que é imprescindível para quem sabe que a ineficiência é punida com a sentença de morte. Os últimos dados sobre a reativação das vendas da indústria em geral, e da automobilística em particular, os resultados cada vez mais surpreendentes da balança comercial e os levantamentos sobre os resultados também surpreendentes do setor agrícola neste ano, que, ajudados pelo aumento dos preços da soja, do café e do suco de laranja nos mercados internacionais, deverão se traduzir por um acréscimo de dois a três bilhões de dólares nas nossas exportações, eliminam quaisquer dúvidas sobre o que acontecerá neste país se os ministros da área econômica conseguirem vencer suas próximas batalhas para sanear as finanças e racionalizar a administração do País bandalho.

É isso que está levando o País real a apoiar unânime e irrestritamente a luta que travam contra o resto do governo. Até mesmo as lideranças sindicais que habitualmente se preocupam mais com a conquista do poder político do que com os reais interesses dos trabalhadores já foram obrigadas a reconhecer que a crise se circunscreve ao setor público e que não há solução fora da redução drástica do déficit do governo. (Ainda ontem se anunciou o acordo dos metalúrgicos de São Bernardo e Diadema — CUT — com os negociadores da Fiesp.)

As medidas anunciadas no fim de semana serão sim cosméticas, se não forem acompanhadas daquelas outras que os ministros da Fazenda e do Planejamento se dispõem a aplicar.

Se nada mais fosse feito, elas não só não teriam sentido como teriam aspecto odioso. Se o governo não avançasse pelo caminho aberto por Maílson da Nóbrega e João Batista de Abreu estaria repetindo agora aquilo que Mário Henrique Simonsen resumiu como tendo sido a tragédia do Plano Cruzado: "Anestesiaram o paciente e esqueceram de operá-lo".

Mas, com o apoio praticamente unânime do País real, com a esterilização do progressismo peemedebista e o conseqüente climatério do até ontem todo-poderoso Ulysses Guimarães, os únicos inimigos poderosos que os dois ministros terão de vencer se encontram no próprio governo.

O economista Paulo Rabello de Castro, da Fundação Getúlio Vargas, salientando a importância de se partir imediatamente para as medidas que devem complementar as que já foram adotadas, dizia nos jornais de sexta-feira: "Tudo isso exige um ataque simultâneo para passar à sociedade a sensação de que desta vez vai".

Ele está absolutamente certo. No momento em que conseguirem convencer a sociedade de que desta vez vai, os ministros Maílson da Nóbrega e João Batista de Abreu terão tanto poder quanto teve Dilson Funaro no auge da eufórica ilusão coletiva provocada pelo Plano Cruzado. E só não vencerão se Sarney não permitir que vençam.

Um dos capítulos das Memórias de Guerra de Winston Churchill intitulava-se *The Darkest Hour* (A hora mais escura). Ele explicava que a hora mais escura é aquela que precede os primeiros albos do amanhecer. O capítulo versava sobre as piores derrotas da Grã-Bretanha na guerra. O capítulo seguinte intitulava-se *The Turn of the Tide* (A virada da maré), versava sobre o momento — que se seguiu imediatamente — em que, com a invasão da Rússia e a entrada dos Estados Unidos na guerra, começou a se desenhar a vitória final dos aliados.

Há fundadas esperanças de que o Brasil esteja vivendo neste momento a sua *Darkest Hour*...